

Sumário

1 Introdução	1
2 Os tipos penais de descaminho e contrabando	3
2.1 Descaminho.....	8
2.1.1 Tentativa e consumação da conduta tipificada no art. 334, <i>caput</i> , do Código Penal.....	16
2.1.2 Descaminho por equiparação (art. 334, §1º, do Código Penal).....	23
2.2 Contrabando.....	29
2.2.1 Tentativa e consumação da conduta tipificada no art. 334-A, <i>caput</i> , do Código Penal.....	34
2.2.2 Contrabando por equiparação (art. 334-A, §1º, do Código Penal).....	35
3 Competência criminal: aspectos gerais, <i>forum commissi delicti</i> e especificidades relativas ao processamento por descaminho e contrabando	39
3.1 Noções gerais sobre a competência criminal	39
3.2 A competência territorial em matéria penal	48
3.2.1 As principais regras do Código de Processo Penal sobre a competência territorial	49
3.2.2 A <i>ratio</i> subjacente à fixação da competência territorial criminal.....	51
3.3 Definição do juízo competente para processamento e julgamento por descaminho e contrabando	56

4 A definição do foro competente para processo e julgamento dos crimes de descaminho e contrabando nos precedentes do Superior Tribunal de Justiça	65
4.1 Notas sobre os precedentes judiciais	65
4.1.1 Aplicabilidade da teoria dos precedentes judiciais ao âmbito criminal	66
4.1.2 Precedentes judiciais: conceito, estrutura e classificação.....	69
4.1.3 Distinção entre precedente, jurisprudência e enunciado da Súmula.....	74
4.1.4 Aplicação e superação dos precedentes	76
4.2 Procedimentos de pesquisa	82
4.3 Foro do local da apreensão dos bens: o enunciado n. 151 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça	86
4.3.1 Fundamentos e conclusão correlatos ao enunciado de súmula n. 151 do STJ.....	87
4.3.2 Circunstâncias fáticas relevantes para a aplicação da lógica decisória que ensejou a edição do enunciado de súmula n. 151 do STJ.....	100
4.4 Foro de domicílio do empresário importador: o Conflito de Competência n. 172.392/SP	103
4.4.1 O enunciado n. 95 da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.....	109
4.4.2 O Conflito de Competência n. 172.392/SP.....	113
4.4.2.1 <i>Ratio decidendi</i> da decisão prolatada no CC n. 172.392/SP ...	115
4.4.2.2 Fatos materiais do CC n. 172.392/SP	123
5 Conclusão	135
Referências Bibliográficas	141